Organização
Micael M. Herschmann
Carlos Alberto Messeder Pereira

# A INVENÇÃO DO BRASIL MODERNO

## Medicina, educação e engenharia nos anos 20 - 30

Rio de Janeiro — 1994

# *O DIREITO DE CURAR:* HOMOSSEXUALIDADE E MEDICINA LEGAL NO BRASIL DOS ANOS 30[1]

*Carlos Alberto Messeder Pereira*

> "(...) não deveríamos ter vergonha de falar do que não teve Deus vergonha de criar (...)." São Clemente de Alexandria (*Pedagogo*)[2]

## I – Delimitando um campo de questões: homossexualidade e medicina legal

A preocupação central deste ensaio é avaliar o modo como, no Brasil dos anos 30, a questão da "homossexualidade" (ou da "inversão sexual", como preferiam, então, muitos autores) é colocada em discussão pelos intelectuais ou pelos cientistas da época. Nessa hora em que mudanças bastante radicais do ponto de vista sociocultural transformavam a sociedade brasileira — momento de afirmação institucional do *paradigma moderno* que já vinha se desenhando desde os anos 20 —, como se colocava, no debate intelectual, a questão da homossexualidade? Como era avaliada e encaminhada esta questão? Que discursos eram construídos para se falar dela? Qual o ponto de vista que prevalecia, o da moral, o jurídico, o religioso, o da medicina? Que tipo de medicina? A homossexualidade era uma questão importante para a ciência da época?

[1] Na realização deste ensaio, contei com a colaboração de algumas pessoas para o levantamento de material em geral e de determinadas informações. Assim, gostaria de agradecer a: Patrícia Moran Fernandes, Ilce Cavalcanti, Bruno Alves dos Santos (meu assistente de pesquisa) e Micael Herschmann, quem, aliás, também contribuiu com críticas e comentários fundamentais. Agradeço ao Dr. Alberto de Oliveira o empréstimo de alguns livros preciosos e a Heloisa Buarque de Hollanda pelas inúmeras pistas e sugestões de leitura.

[2] Citado por Afrânio Peixoto, no prefácio do livro de Estácio de Lima *A inversão dos sexos*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1935.



Ao mesmo tempo, a discussão médico-científica em torno desta questão trazia em seu bojo uma discussão mais ampla em torno das categorias masculino/feminino — isto é, em torno da questão do gênero.[3] Como será visto adiante, um aspecto central de todo o debate em torno da "inversão sexual" (ou mesmo da "missexualidade" — outra categoria da época), ao longo dos anos 30, é aquele da "mistura" — vista como negativa sob diferentes aspectos — de características "masculinas" e "femininas" e, conseqüentemente, da necessidade de "ordenar" pedagogicamente este campo do comportamento. Assim, ao que tudo indica, a discussão em torno do gênero, nessa hora, parece ser uma dimensão chave da nova "ordenação nacional" que a implementação do paradigma moderno implicava. Nesse sentido, o debate em torno da homossexualidade ou da inversão sexual parece constituir uma pista privilegiada para a reavaliação crítica do modelo de Brasil que esta nova ordenação estava implicando.

Com essas preocupações em mente, selecionei uma série de textos que, tanto pela recorrência com que são referidos até hoje quando se discute a questão da homossexualidade no Brasil quanto pela insistência com que se remetem uns aos outros (e, evidentemente, pelo modo como conduzem a discussão), pareciam constituir um conjunto significativo em termos da atualização de um *modo de falar*, de discursos que de certa forma *fundavam* a discussão *moderna* da questão da homossexualidade no Brasil.

Os textos foram escritos por médicos, representantes praticamente todos da medicina legal ou situando-se no interior do debate atualizado nesse campo do saber, com sólidas posições nas escolas de medicina da época, tendo, alguns, passagens mais ou menos duradouras pelas faculdades de direito. Já numa primeira leitura, uma preocupação recorrente nesse conjunto de obras se destaca: retirar o debate da questão da homossexualidade da esfera da moral, da religião ou do direito e colocá-lo no seu contexto

[3] Para uma discussão da questão do gênero, ver o artigo "Do gênero: antropologicamente...", de autoria de Maria Luiza Heilborn publicado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC) da Escola de Comunicação da UFRJ, 1990.

"devido", qual seja, o da *medicina,* campo marcado, nessa hora, por uma reivindicação: o "direito de curar".[4]

Mas quem são estes autores? Em primeiro lugar, Afrânio Peixoto (1876/1947). Médico, doutorou-se em 1897 pela Faculdade de Medicina da Bahia com a tese *Epilepsia e crime*. Foi professor de medicina legal na Faculdade de Medicina da Bahia, catedrático em medicina pública na Faculdade Livre de Direito de Salvador, professor de higiene e medicina legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira de Euclides da Cunha), é autor de diversos ensaios e romances — *Rosa mística* (1900), *A esfinge* (1911), *Fruta do mato* (1920), *Bugrinha* (1922), *Uma mulher como as outras* (1928), entre outros. Foi ainda deputado federal pela Bahia no período de 1924 a 1930. Suas relações com os modernistas de 22 não foram as mais fáceis:

> A despeito da campanha demolidora que lhe foi movida pelos modernistas de 1922, a obra romanesca de Afrânio Peixoto tem posição incontestável na ficção realista-impressionista do começo do século XX.[5]

Além disso, "esmerou-se na análise psicológica, sobretudo

[4] *Direito de curar* é o título de um trabalho de Leonídio Ribeiro, datado de 1932, com o qual ele concorre ao título de livre-docente, de medicina legal, da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Ao discutir o tema "ainda controvertido da ética médica", assunto de sua tese de concurso, o autor afirma: "O assunto desta monografia é mais um exemplo das modificações que vão sendo feitas em vários pontos fundamentais da ética médica. O clínico era obrigado a obter o consentimento do doente, ou da pessoa por ele responsável para realizar qualquer tratamento indicado pelo seu estado de saúde. A própria lei, porém, já previa os casos em que o paciente não estava juridicamente em condições de consentir, tais como os menores, os alienados, os indivíduos privados, ainda que passageiramente, de sua consciência, e até as mulheres casadas.

"Outras situações clínicas vão surgindo, em tudo iguais às previstas nos Códigos, obrigando o médico a dispensar o consentimento, e até mesmo a praticar uma operação contra a vontade do paciente, ou da pessoa por ele responsável. Isso acontece toda vez que o clínico reconhece tratar-se de um caso de extrema urgência, quando a vida do doente está em perigo iminente e sua vontade não deve nem pode prevalecer, porque iria sacrificar inutilmente um bem coletivo. O papel do médico cresce então de importância, porque ele se torna o representante da autoridade suprema, que é o Estado, a quem cabe zelar pela aplicação das medidas impostas, pela lei, aos cidadãos, que ficam assim obrigados a defender a sua vida porque dela dependem a riqueza e a ordem das sociedades bem constituídas.

"Esse chamado *tratamento arbitrário*, aplicado apenas em situações especiais, não deve ser tido como ilícito, nem pode acarretar a responsabilidade do médico que o pratique, mesmo nos casos em que não for coroado de êxito."

(Texto de abertura intitulado "Duas Palavras")

[5] Enciclopédia Barsa, vol. 10, p. 367.



de personagens femininas (...)".[6] É Wilson Martins quem comenta sua posição política ao afirmar ser o autor fascinado pelo *governo forte* de Mussolini, embora achasse que o modelo não fosse adequado ao Brasil.[7] Dentre seus trabalhos científicos, referentes à temática deste ensaio, destacam-se: *Medicina legal, Psicopatologia forense* (1916), *Los Missexuales* (1931) e *Sexologia forense* (1934). A posição de Afrânio Peixoto no conjunto dos autores aqui tratados é bastante especial, sendo ele referido e mesmo citado com grande freqüência e destaque, além de assinar inúmeros prefácios e apresentações de obras diversas no campo da medicina legal.

Em segundo lugar, Leonídio Ribeiro (1893/1976). Médico, foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1916) e da Faculdade de Medicina de Paris (1918/1919). Além disso, lecionou medicina legal na Faculdade de Medicina de Niterói e criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Criou e dirigiu o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, onde reuniu material para suas pesquisas e publicações, sendo uma delas o livro *Homossexualismo e endocrinologia* (1938). Este trabalho, segundo o próprio autor, é o resultado da análise de "195 indivíduos (que) se entregavam à prática habitual de pederastia passiva e foram detidos e fichados como tais pela Polícia Civil do Rio de Janeiro" (apresentação do livro). É também neste trabalho que Leonídio analisa o "caso Febrônio" — "o sadista homossexual Febrônio" , nas palavras do autor —, situação em que o debate da época em torno das relações entre homossexualidade, biotipologia, crime e patologia física e/ou mental se explicita de modo radical. Publicou vários trabalhos na área de medicina legal e criminologia — *Direito de curar* (1932), *Medicina legal* (1933), *Antropologia criminal* (1938). Em 1931, havia publicado o volume *Espiritismo no Brasil*. Realizou ainda a tradução de pelo menos dois trabalhos importantes do ponto de vista do debate intelectual da época: *Seleção sexual no homem*, de Havelock Ellis (publicado no Brasil em 1934, pela Civilização Brasileira) e *Psicanálise e criminologia*, de Génil Péririn (aqui publicado em 1936, pela Guanabara).

Estácio de Lima (1897/1984), médico, fez sua especializa-

[6] Ibidem, p. 367.

[7] MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, EDUSP/Cultrix, 1977, vol. III, p. 455. Grifo do autor.

ção na França e na Alemanha. Em 1935, publicou *A inversão dos sexos*, em 52, *Ensaio de sexologia*, em 65, *O mundo estranho dos cangaceiros* e, em 75, *O mundo místico dos negros*, no qual afirma: "O brasileiro de antigas raízes plantadas no solo nacional, quando não é mestiço pelo corpo, costuma o ser, entretanto, pela alma" ("Palavras iniciais").

Antonio Bello da Motta (1903-?) é outro dos autores. Em 1924, diplomou-se em farmácia. No ano seguinte, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde doutorou-se em 1930. Foi chefe do serviço de abreugrafia do Centro de Saúde de Fortaleza, tendo também trabalhado na Policlínica de Fortaleza. Colaborou na imprensa, notadamente no *Correio do Ceará*. Em 1950, publicou *Flagrantes da Europa (Impressões de viagem)* e, em 1951, *Maranguape (Esboço sentimental e histórico)*.[8] Em 1937 havia publicado *Homossexualismo em medicina legal*, tese para a cátedra de Medicina Legal na Faculdade de Direito do Estado do Ceará.

Finalmente, José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913). Cursou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após três anos de direito em São Paulo. Foi médico na Campanha do Paraguai, colaborou no *Jornal do Commercio* e é autor de várias peças de teatro *(Mártires da liberdade, O mulato, Tempestades do coração, O tráfico, A liberdade, A educação,* entre outras). Em 1906, publicou *Homossexualismo/A libertinagem no Rio de Janeiro*, pela Editora Laemert & Cia., do Rio de Janeiro. Embora marcado por uma perspectiva particular e cobrindo um campo de problemas relativamente diferente do conjunto dos textos até aqui indicados (o que será melhor visto adiante), este trabalho constitui um ponto de referência importante no que diz respeito às questões aqui tratadas.

Contrariando uma visão que apontava para o crime e para a necessidade de punição, este grupo de pensadores vinha apontar para um outro universo de problemas. Temas como saúde-doença, normalidade-anormalidade, configuração anatomobiológica-configuração psíquica e assim por diante ganhavam então a dianteira. Afrânio Peixoto, no prefácio ao livro de Estácio de Lima intitulado *A inversão dos sexos* (1935), afirmava:

> Não é um pecado, um crime, um vício a punir, mas um desvio orgânico, uma malformação interna, a diagnosticar, reconhecer e obviar ou corrigir. Não religião ou direito, que nada têm que fazer aqui, senão higiene, medicina, cirurgia talvez, para repor o homem desviado, a mulher pervertida, na saúde normal. Não mais, como nas idades peremptas, expelir o leproso ou o sifilítico porta-fora das cidades, temendo o contágio, senão os isolar em hospitais, onde se lhes dêem trato e saúde. Todos os anátemas e códigos não evitarão, não corrigirão uma inversão sexual. Ela se tratará por meios idôneos.

[8] De acordo com as informações do *Dicionário de literatura cearense*, org. de Raimundo Girão e Maria da Conceição Souza, 1987.



Também Gregório Marañón — professor da Universidade de Madri, autor de *La Evolución de la Sexualidad y los Estados Intersexuales* (1929), que apresenta o livro de Leonídio Ribeiro (*Homossexualismo e endocrinologia*), afirma no prefácio:

> (...) o homossexual não deve ser tratado, a priori, como um delinqüente. Um homossexual é um anormal, e como tal, cai dentro da jurisdição do médico.

Situados no eixo Rio de Janeiro—Bahia — pólos privilegiados, naquele momento, das faculdades de medicina e de direito —, esses médicos constituíram uma "vanguarda". Lidos hoje, seria fácil acusá-los por seu reacionarismo, por seu moralismo autoritário. Ao mesmo tempo, a leitura atenta desses trabalhos evidencia o quanto idéias ali claramente expostas ainda hoje norteiam boa parte das discussões sobre a questão da homossexualidade, ainda que de formas muito sutis, seja no campo da medicina como um todo, da psiquiatria ou mesmo da psicanálise; sem falar, evidentemente, do direito ou da moral. Minha preocupação, no entanto, é, fundamentalmente, com o tipo de operação discursiva que estes textos e/ou autores realizam ao falar deste conjunto de experiências que denominamos, correntemente, "homossexualidade"; bem como, com a melhor elucidação, por meio dessa análise, do processo de construção, no Brasil, de um paradigma *moderno*.

Esses médicos brasileiros, me parece, transferem a discussão da homossexualidade não apenas do direito (ou mesmo da religião e da moral) para a medicina, mas, fundamentalmente, para o interior de um debate específico que ocorre na medicina. Medicina esta que, neste momento, está em boa medida marcada pela psiquiatria, que, de modo mais ou menos forte, está marcada pelas idéias da psicanálise freudiana combinadas com modelos de caráter mais biológico-organicista, os quais vão privilegiar

seja discussões gerais em torno das bases biológicas da homossexualidade, seja, no limite, discussões relativas à "degenerescência", com todas as evidentes implicações morais e demonstrando preocupações de caráter fundamentalmente eugênico. Como salientam Peter Fry e Edward MacRae, em trabalho intitulado *O que é homossexualidade*?,[9] esta preocupação já tinha, dentro e fora do Brasil, uma história:

> Na segunda metade do século XIX (...) irrompe na Europa e no Brasil toda uma preocupação médica com a homossexualidade e, de fato, quaisquer relações sexuais fora do casamento, incluindo prostituição. Formou-se a idéia de que a *saúde* da nação era diretamente ligada à *saúde* da família e dependente, portanto, do controle da sexualidade.[10]

Assim, é bastante evidente que essa preocupação em trazer a discussão da "homossexualidade" (como conjunto de "sintomas" medicamente explicáveis) para o campo da medicina e, especialmente, para uma medicina com fortes marcas da psiquiatria, insere-se numa tradição que, na Europa da segunda metade do século XIX, já se explicita com clareza. Percebe-se, por exemplo, todo um movimento no sentido de articular a "identidade sexual" não apenas com a estrutura anatômica, mas com gostos, impulsos, aptidões e assim por diante. Cada vez mais, o *psiquismo* aparece como instância dotada de legitimidade explicativa.[11]

Também no Brasil, nessa segunda metade do século XIX, a medicalização do "sexo", com o conseqüente delineamento mais claro de uma noção de "sexualidade", vinha ocorrendo. Nesse momento o tema da "prostituição" ou da "libertinagem" (aparecendo a "homossexualidade" talvez como um subtema) é o ponto privilegiado. E, nesse sentido, o livro de Pires de Almeida antes referido, *Homossexualidade — A libertinagem no Rio de Janeiro* (1906) parece uma boa síntese. Em trabalho sobre as tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX, L. C. Soares conclui:

[9] Volume da coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense, 1ª ed., 1983.

[10] Ibidem, p. 61. Os grifos são dos autores.

[11] É o que nos aponta, por exemplo, Arnold Davidson, no artigo "Sex and Emergency of Sexuality" (*Critical Inquiry*, outono de 1987, vol. 14, nº 1), chamando a atenção para a consolidação do que ele chama "estilo psiquiátrico de pensar" por oposição a um "estilo anatômico de pensar". É nesta virada epistemológica que idéias como "sexualidade" ou "homossexualidade" (em oposição, por exemplo, a "hermafroditismo") vão se produzir e se afirmar. E conclui: "Nos tempos modernos, categorias de sexualidade têm parcialmente determinado como consideramos a nós mesmos, nosso corpo visto como tema."



> Foi, justamente, no limiar da desestruturação da sociedade escravista e no momento da emergência de uma nova ordem industrial-capitalista nos grandes centros urbanos brasileiros que os médicos e as autoridades tentaram implantar a política sexual que já vinha sendo adotada nos grandes centros europeus desde o século XVIII, tentando adaptá-la, evidentemente, às condições específicas de um país onde, desde os seus primórdios, nem todos os *pecados* assinalados pela Santa Madre Igreja, ou os crimes definidos pelos legisladores, eram considerados como tais pela sua população.[12]

Mas o que significava, em meados dos anos 30, a entrada desse debate sobre homossexualidade no campo da medicina? Que medicina era essa? Qual o lugar da medicina no conjunto das demais ciências? E, principalmente, qual o lugar da medicina legal — essa área *sensível* que vai articular de modo tão evidente um saber sobre o funcionamento do organismo, do corpo, com valores e comportamentos? Vale lembrar que as preocupações eugênicas que apontávamos acima expressavam um projeto não apenas médico, mas igualmente *político/nacional*. E isso não apenas no Brasil, mas em boa parte da Europa. Enquanto lá o nazismo avançava a passos largos, a vida política e intelectual brasileira se via cada vez mais impregnada por valores e idéias que se afirmariam mais radicalmente, a partir da implantação do Estado Novo em 37, como projeto de modernização autoritária. Ao mesmo tempo que os textos aqui apontados evidenciam a incorporação mais sistemática e consensual, pelo campo intelectual brasileiro, de novas idéias da psiquiatria européia do final do século XIX e começo do XX, ficam também evidentes as complicadas relações, especialmente naquela hora, entre a medicina, o direito, a educação e as preocupações cívico-morais.

Assim, a construção de um discurso moderno, leia-se médico-psiquiátrico, sobre a homossexualidade no Brasil dos anos 30 em oposição a um outro discurso jurídico ou mesmo moral-religioso cruzava, com bastante evidência, a absorção das teorias "modernas" ou dos autores "modernos" — o que nos é tantas vezes repetido por cada um dos trabalhos aqui analisados — com uma perspectiva moralista-autoritária. Seria isso apenas a conseqüência da presença mais forte, naquele momento, de um pensa-

[12] SOARES, L. C. "Da necessidade do bordel higienizado". In: Vainfas, Ronaldo (org.), *História e sexualidade no Brasil*. Rio, Graal, s/ data. Os grifos são do autor.

mento marcadamente autoritário no Brasil e na Europa? Ou esse caso exemplar não apontaria para uma dimensão sistematicamente autoritária do pensamento moderno fundamentalmente totalizador e vanguardista, marcado por uma perspectiva heróica, utópico-salvacionista? É provável também — e isso não deve ser esquecido — que essa "colocação do sexo em discurso" pela medicina legal nos fale um pouco de cada uma das duas pistas.

Vale ainda salientar o modo específico como esses médicos avaliam tanto seu papel quanto o da medicina e, especialmente, o modo como a definem. Percebe-se, claramente, uma enorme valorização, seja do saber médico seja do próprio médico, como dotados de uma capacidade semidivina de objetividade e de acesso à verdade, o que termina por compelir essa "vanguarda autoritário-progressista" ao exercício do "ministério sagrado da medicina".

No prefácio do livro *A inversão dos sexos*, de Estácio Lima, Afrânio Peixoto afirma:

> E. de Lima inscreve-se na grande reivindicação dos Krafft-Ebing, Moll, Havelock Ellis, Hirschfield, Bolck, Marañón, principalmente, que reclamou o conhecimento desses doentes, para tratá-los. Hormônios suplementares e não anátemas.

E o próprio Estácio, nas primeiras páginas desse mesmo trabalho, fazendo suas algumas palavras de Krafft-Ebing, de Tardieu e do mestre Afrânio Peixoto afirma:

> Não será demais ainda repetir as expressões de Krafft-Ebing:
>
> Quando se faz da psicopatologia da vida sexual o objeto de um estudo científico, acha-se em presença de uma das faces sombrias da vida e da miséria humana; e, nestas trevas, a *imagem divina*, criada pela imaginação dos poetas, muda-se em máscara horrível. Vendo-a, o investigador desespera-se, então, da moralidade e da beleza da criatura feita à imagem de Deus. (*Psyc. Sex.*, prefácio)
>
> Depois, conclui com as palavras de Tardieu, abraçando a doutrina melhor:
>
> Miséria física ou moral nenhuma, nenhuma ferida, por mais corrompida que esteja, deve espantar aquele que se devota à ciência do homem, e ao ministério sagrado da medicina, obrigando-o a tudo ver, permitindo-lhe, também, tudo dizer...
>
> E o nosso preeminente mestre Afrânio Peixoto abre as páginas vigorosas da *Sexologia forense* com este pedaço de S. Clemente de Alexandria, no *Pedagogo*: *Não deveríamos ter vergonha de falar do que não teve Deus vergonha de criar.*



## II – Homossexualidade: a construção de um conceito

Sexualidade, sexo, homossexualidade, perversão... palavras com que estamos bastante familiarizados, chegando mesmo a fazer parte de um certo senso comum intelectualizado e que recobrem um conjunto de experiências que reconhecemos com naturalidade e relativa facilidade. Entretanto, desde pelo menos o trabalho de Foucault, não se pode mais ser ingênuo neste domínio. (Para não falar de toda a discussão teórica trazida pela psicanálise — bem como de parte do próprio pensamento da psiquiatria — que, ao mesmo tempo, legitima noções como estas e abre pistas para a discussão crítica e apaixonada de todo o campo do saber sobre o sexual, sobre a sexualidade.) O "sólido" terreno da "sexualidade" revela-se como um espaço de discurso, à semelhança de tantos outros, o qual tem uma história particular, além de revelar uma certa maneira de perceber o mundo.[13]

Especialmente no que se refere à questão da "homossexualidade" ou da "inversão sexual" como abordada pela medicina legal brasileira dos anos 30, vale lembrar, ainda uma vez, o quanto a reflexão dos autores aqui analisados teve um caráter fundador da discussão *moderna* (e talvez já não tão contemporânea) em torno da homossexualidade no Brasil.[14] Embora as diferenças entre categorias tais como homossexualidade, inversão sexual, missexualidade ou intersexualidade devam ser marcadas — o que já foi apontado anteriormente —, o debate vigorosamente atualizado pela medicina legal brasileira dos anos 30

[13] Para uma interessante discussão pós-foucaultiana do campo do "sexual" e da "sexualidade", ver o trabalho de Jeffrey Weeks, *Sexuality*. Londres/Nova York, Tavistock Publications Limited, 1986.

[14] Ver, nesse sentido, o livro de Peter Fry, *Para inglês ver — Identidade e política na cultura brasileira* (Rio, Zahar, 1982), especialmente o capítulo IV, "Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil". Há, aí, além de uma discussão geral da questão anunciada no título, uma análise do pensamento de alguns dos autores em discussão no presente ensaio e do papel que representaram na construção de uma determinada idéia de "homossexualidade" no Brasil.

constituiu o eixo fundamental das discussões e das avaliações do campo de significados hoje recoberto pela noção de *homossexualidade*, a qual acabou se afirmando em diferentes situações e contextos discursivos, empurrando as outras categorias seja para o esquecimento, seja para um segundo plano.

Mas o que significaria, efetivamente, "homossexualidade"? Num sentido geral, esta noção refere-se a formas de comportamento sexual entre indivíduos do mesmo sexo. E o que quer dizer "do mesmo sexo"? Embora, num primeiro momento, esta pergunta possa parecer absurda, acredito que valha a pena colocá-la, já que a suposta "naturalidade biológica" que serviria de base última ao *recorte sexual* é, ela mesma, uma construção social, histórica. Assim, ao operarmos este recorte e não outro privilegiamos e marcamos certos aspectos em nada naturais (e, neste sentido, construímos um determinado fenômeno) e, conseqüentemente, omitimos (ou deixamos escapar) outros, igualmente possíveis de ser acentuados. Na verdade, construímos um universo de categorias de percepção e análise, estabelecemos relações entre elas, delimitamos um campo de percepção, bem como um elenco possível de questões, e, ao final de todo este complicado processo de elaboração discursiva, não o reconhecemos como tal e acreditamos numa suposta anterioridade dos "fatos".

No caso da noção de "homossexualidade", ela é utilizada para recobrir um conjunto supostamente homogêneo de fenômenos que, avaliados a partir de outro recorte ou de outra perspectiva, poderiam ser percebidos como parte de diferentes conjuntos. Em suma: o que nos garante, por exemplo, que o que reúne as várias formas da chamada "homossexualidade" não seja apenas a própria categoria? Por outro lado, estabelecemos também oposições, como aquela existente entre *homo* e *hetero*ssexualismo, que, pouco a pouco, passam a ser percebidas com a mesma naturalidade a que me referia acima. Assim, é fundamental que se busque a *desnaturalização* destas categorias (independente do alto grau de sofisticação e abstração que esta naturalidade possa assumir, às vezes), bem como a elucidação da história de sua construção. Este, me parece, é o ponto-chave em que se encontra o pensamento contemporâneo.[15]

[15] Gostaria de indicar a leitura de dois artigos referentes à discussão aqui encaminhada. Em primeiro lugar, o artigo "Homossexual Identity, Essentialism and Constructionism", de autoria de Jan Schippers; em segundo lugar, o artigo "Gender and the Homossexual Role in Modern Western Culture", de autoria de Randolph Trumbach. Ambos estão publicados no volume *Which Homossexuality? Essays from the International Scientific Conference on Lesbian and Gay Studies*, Altman, Denis et al. Londres, GMP Publishers, 1989.



Em sua *História da sexualidade*, Michel Foucault dedica-se com enorme energia e criatividade a esta tarefa dupla, abrindo um novo campo de reflexão que vem sendo explorado desde então. Ao tentar refazer criticamente a trajetória recente de noções como sexo e sexualidade, o autor afirma:

> Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens. (...) Nessas estratégias, de que se trata? (...) De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade (...). A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.[16]

E adiante conclui:

> (...) a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir deste momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A *carne* é transferida para o organismo.
>
> Essa mutação se situa na passagem do século XVIII para o século XIX (...). (...) A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX.[17]

É a partir de uma reflexão desta ordem que Foucault vai realizar uma separação definitiva entre as categorias de "sexo" e "sexualidade", ambas construções discursivas que, antes de mais nada, demandam explicações complexas e minuciosas de parte

[16] FOUCAULT, Michel. op. cit. vol. I, p. 100. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

[17] Ibidem, pp. 111-112. Grifo do autor.

do analista que se detenha sobre a natureza do *pensamento moderno*. E chama a atenção para a seguinte necessidade:

> (...) não referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como o *sexo* se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das idéias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção de sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade.[18]

É exatamente dessa diferenciação entre "sexo" e "sexualidade" como *conceitos* que Arnold Davidson[19] vai partir para mostrar, centrando sua análise na *história da ciência*, que cada um desses conceitos corresponde a um momento epistemológico da medicina. Esta discussão, por sua vez, ganha importância especial, já que nos vai permitir compreender melhor o processo de construção da noção de "homossexualidade", bem como as conseqüências que resultam do uso "legítimo", pelo pensamento que se estabelece no século XIX, desta categoria.

O autor vai se concentrar "na relação entre formas de experiência e sistemas de conhecimento" e salienta:

> (...) o que nós chamamos de *sexualidade* é o produto de um sistema de conhecimento psiquiátrico que tem seu estilo muito próprio de raciocinar e argumentar.

Adiante acrescenta:

> (...) a emergência da sexualidade e a emergência de um novo estilo psiquiátrico de raciocinar mantêm entre si uma conexão tão íntima que a nossa experiência permanecerá opaca até que esta conexão esteja plenamente articulada.[20]

Assim, para Davidson, a "homossexualidade", entendida como "questão psíquica", é um problema do século XIX, opondo-se ao hermafroditismo ("questão anatômica"). Neste sentido, a passagem do "hermafrodita" ao "homossexual" corresponderia

[18] Ibidem, p. 147. Grifo do autor.
[19] Em seu artigo já referido, "Sex and the Emergence of Sexuality", *Critical Inquiry*, vol. 14, nº 1, outono de 1987.
[20] Ibidem, p. 18.



à passagem do "sexo" à "sexualidade".[21] "O hermafrodita e o homossexual são tão diferentes quanto a genitália e a psiquê."[22]

Atualmente, diante dos sinais de esgotamento histórico-político-epistemológico do *modelo médico* de compreensão da "homossexualidade" — esgotamento este que tem sua base, acredito, tanto na crise contemporânea do pensamento *moderno* quanto na força demonstrada pelos movimentos políticos organizados em torno da questão dos gêneros (aí compreendido, evidentemente, o movimento gay) —, uma grande parte da produção teórica vai, mais uma vez, produzir um novo *deslocamento* e levar o questionamento relativo à suposta "homossexualidade" para outros campos discursivos, "correndo o risco", dessa vez, de esvaziar definitivamente esta noção e inaugurar um novo campo de ordenamento e reflexão.

É nesta direção que nos apontam Peter Fry e Edward MacRae, em seu trabalho intitulado *O que é homossexualidade*?:

> Partiremos do pressuposto de que não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as idéias e práticas a ela associadas são produzidas *historicamente* no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades.
>
> Assim, queremos arrancar a homossexualidade do campo da psicologia e da medicina, que tem se apropriado do assunto crescentemente desde os meados do século XIX, para colocá-la no campo amplo do estudo da cultura e da política no seu sentido mais amplo.[23]

Na recente trajetória *médica* desta noção de homossexualidade (palavra, segundo diferentes autores, usada pela primeira vez em 1869 por um médico húngaro, Benkert), destaca-se o trabalho do austríaco Krafft-Ebing, autor de *Psychopathia Sexualis* (1869), que inaugura o campo de estudos das "perversões". Ainda segundo Fry e MacRae, este autor

> (...) foi um dos pioneiros do estudo da homossexualidade e (...) influenciou a medicina definitivamente, coletou milhares de

[21] Para uma discussão do "hermafroditismo", ver o trabalho organizado por FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin. O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
[22] Davidson, Arnold. op. cit., p. 23.
[23] FRY, Peter e MAcRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo, Brasiliense, 1993. Coleção Primeiros Passos, p. 10. Grifo do autor.

*confissões* de seus pacientes e as publicou no seu livro *Psychopathia Sexualis*.[24]

Ao longo de sua obra, construiu quatro grandes personagens: o homossexual ou invertido, o sádico, o masoquista e o fetichista; enfim, configurava-se no horizonte do debate intelectual a figura do "perverso".

Trabalhando com a idéia de "neuroses sexuais" e articulando a noção de "perversão" àquelas de "loucura" e de "crime", Krafft-Ebing dava ao saber médico, que então se afirmava, um papel-chave na revelação de uma dimensão trágica da "natureza humana":

> É um triste privilégio da medicina, e particularmente da psiquiatria, o de ter que testemunhar as fraquezas da natureza humana e o lado avesso da vida.[25]

Ao analisar o trabalho deste autor, fundador de um saber médico *moderno* sobre o campo do sexual, Luis Fernando Dias Duarte[26] reconhece que "a obra de Krafft-Ebing (...) foi uma peça fundamental do grande processo de autonomização, de segmentação da *sexualidade*, paralelo da modernidade".[27] E, referindo-se especificamente à avaliação do autor sobre a questão da "homossexualidade", afirma:

> A sexualidade *antipática* [homossexualidade/inversão] coroa, nesse sentido, o projeto da obra, assim como coroaria no plano da vida a própria série das perversões; na medida em que ela seria a que mais se distanciaria da determinação orgânica e a que estaria, destarte, mais próxima das funções superiores da *consciência* e da *moralidade*. Não é aleatório portanto que o maior número de informações sobre a *terapêutica* apareça no contexto da exploração dessa *perversão*: haveria só aí uma afinidade mais propícia entre a qualidade da patologia e a forte ênfase *moral* dos tratamentos.[28]

[24] Ibidem, p. 64. Grifo do autor.
[25] *Psichopathia Sexualis*.
[26] DUARTE, Luis Fernando Dias. "*A Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing ou o progresso moral pela ciência das perversões". Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional, número 58, fev. 88.
[27] Ibidem, p. 18. Grifos do autor.
[28] Ibidem, p. 24. Grifos do autor.



Embora o modelo freudiano — bem como o desenvolvimento posterior da psicanálise — fosse situar o debate em torno da "sexualidade" no interior de um outro quadro teórico-metodológico, não se conseguiu escapar inteira e radicalmente do campo conceitual-epistemológico de noções como normalidade-anormalidade ou mesmo perversão, e de oposições como hetero-homossexualidade. Estas, me parece, seriam algumas das razões centrais por que determinados autores contemporâneos, ao tentarem *desnaturalizar* a discussão em torno da suposta homossexualidade, se recusam a aceitar os termos postos pelo saber psicanalítico — por mais que este tenha se sofisticado conceitualmente — e o situem como a última versão (ainda que evidentemente bem mais rica e criativa do que os esquemas que o antecederam) deste modelo médico de compreensão e de "invenção" do sexual e da sexualidade que a cultura ocidental *moderna* configurou.

Assim, a *desconstrução* e a eventual ultrapassagem dos limites impostos por esse discurso médico *moderno*, bem como das categorias por meio das quais e sobre as quais ele se sustenta (ainda que de modo bastante indireto), implicariam a abertura de um horizonte epistemológico a partir do qual novas categorias de análise permitiriam recortes diferentes dos disponíveis até hoje, os quais, talvez, nos permitissem o confronto com realidades que escapariam ao campo já mais ou menos "domesticado" do sexual e da sexualidade.

## III – O contexto de uma discussão

Num primeiro levantamento, verifica-se que foi escassa a produção sobre homossexualidade no Brasil do começo do século ao final dos anos 20. É durante os anos 30 — este curioso momento de institucionalização do ideário moderno e de afirmação do autoritarismo, bem como de maior difusão de idéias da psiquiatria européia da virada do século XIX para o XX — que uma bibliografia mais rica vai aparecer. É, por exemplo, Leonídio Ribeiro, autor de *Homossexualismo e endocrinologia*, publicado em 1938, quem, em determinada altura deste seu trabalho, declara:

> Pouco ou quase nada existe na literatura brasileira sobre o

problema da inversão sexual, em seu aspecto social e, principalmente, do ponto de vista médico-legal. A bibliografia nacional sobre o assunto é muito escassa. Em 1906, havia aparecido um trabalho do Dr. Pires de Almeida, médico clínico, com o título: *Homossexualismo/A libertinagem no Rio de Janeiro*. Nesse livro o autor procura estudar a questão das *perversões* e inversões do instinto genital.[29]

Este trabalho de Pires de Almeida, de caráter pioneiro, vai tematizar, como o próprio título indica, a "libertinagem" no Rio de Janeiro "perante a história, os costumes e a moral". Sua preocupação mais aparente é com a "higiene social" ou com a "saúde", categoria cujo potencial significativo tornava-se cada vez mais amplo, e que, pouco a pouco, ganhava peso decisivo no projeto de "ordenação social" que, desde a virada do século XIX para o XX, testemunharíamos no Brasil. "Mais do que todos os seres, o homem, pelas suas paixões, por seus instintos libidinosos, corrompe e arruína a própria saúde, destruindo portanto as fontes de vida", afirma o autor em determinado trecho de seu livro. Num sentido mais geral, o trabalho de Pires de Almeida é uma denúncia do "desregramento" ou do "excesso de atividade", fortemente presentes na "prostituição" e na "libertinagem", categoria vaga o suficiente para conter todos os excessos: "O libertino é, pois, um ente degradado, exausto."

Diante do "homossexualismo" — categoria da qual o autor se serve ao lado de outras como "inversão" ou "pederastia" — sua posição é clara: "A prática da 'pederastia' devia ser, de resto, rigorosamente punida, uma vez que se pudesse provar o seu exercício." "Antinatural", o homossexualismo deveria ser punido pelo Estado na manutenção da "higiene e da moral". E introduz uma diferenciação que vale a pena ser anotada:

> Invertidos, distingamos desde logo, são os que já nasceram com a necessidade da homossexualidade, e que, desde a infância, nunca sentiram nem apresentaram tendência heterossexual; pervertidos, os que, depois de terem sido já sexuais normais, se tornaram invertidos por qualquer motivo.[30]

Paralelamente, o autor aborda a presença da febre amarela e da sífilis no Rio de Janeiro do começo do século.

[29] Grifo do autor.
[30] Pires de Almeida, op. cit., p. 254.



No que se refere especificamente à posição do autor diante da questão crime-doença, sua tentativa aponta na direção da busca de uma solução "intermediária" a qual, me parece, a medicina legal dos anos 30 viria a resolver de modo mais radical em favor da *medicalização*. Nos diz Pires de Almeida:

> O homossexualismo, com relação às suas conseqüências imediatas ou remotas, tanto afeta individualmente ao pervertido quanto à sociedade.
>
> Neste último ponto de vista, sobretudo, se hão acirrado as opiniões no tocante aos meios de sanear a atmosfera social: querem uns capitular tais anomalias como crimes passíveis das penalidades relativas às condições de cada indivíduo — outros opinam que tais anomalias, constituindo exclusivamente um estado patológico, devem ser eliminadas como qualquer caso de moléstia, não sendo, portanto, os pacientes passíveis de penas.
>
> A questão, pois, se resume em duas palavras: prisão, aconselham os primeiros — hospital, os segundos.
>
> Acertam e erram uns e outros, vindo o erro do exclusivismo a que ambos se aferram: nem todos os casos são de hospital, como nem todos de cadeia.[31]

Defendendo com vigor uma espécie de pedagogia da contenção dos excessos e chamando a atenção para o papel que o Estado — *ordenador* e *modernizador* — teria a desempenhar neste processo, a reflexão de Pires de Almeida contrasta violentamente, por exemplo, com a de João do Rio, o grande "cronista das ruas" do Rio de Janeiro, nesta mesma época, que, em trabalhos como *A alma encantadora das ruas* (1908) ou *Psicologia urbana* (1911),

> circula por entre as ruas (...) com um olhar que não tem raízes, perambula (...), (indo) de um ponto a outro da cidade, de figura em figura, como lhe permite o movimento solto e, num tom por vezes confidencial e intimista, convida o leitor, que comunga do mesmo amor pelas ruas, a também flanar pelo Rio de Janeiro.[32]

[31] Pires de Almeida, José Ricardo. *Homossexualismo — A libertinagem no Rio de Janeiro*, p. 253.
[32] Ana Lúcia Machado de Oliveira e Rosa Maria de Carvalho Gens em texto de abertura ("Flanando pela alma encantadora das ruas") do volume de João do Rio — *A alma encantadora das ruas*. RJ, Prefeitura da Cidade, 1987.

Ao contrário de Pires de Almeida, encontramos em João do Rio o acolhimento e mesmo a valorização do "excesso" das ruas, palco dos primeiros sinais da fragmentação da cidade que se modernizava. "Eu amo a rua", diria ele.

> Tudo se transforma, tudo varia — o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia. Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua.[33]

Um dado que deve ser levado em conta quando questões relativas a sexo-sexualidade no Brasil dos anos 20-30 são postas em debate é a presença marcante da sífilis e as conseqüências dessa presença em termos da valoração de formas de comportamento. Toda a discussão em torno da "libertinagem" de que nos falava Pires de Almeida no começo do século vai ser acompanhada, por exemplo, ao longo destes anos 20-30, de campanhas de prevenção levadas a cabo por organismos encarregados da saúde pública, que tematizarão, com ênfase pedagógica, as questões sexuais. Esta problematização da sífilis será um dado importante na "colocação do sexo em discurso" nessa hora. Não devemos esquecer, por exemplo, a importante máxima de Macunaíma, esse "herói sem nenhum caráter/herói de nossa gente": "Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são."[34]

Essa preocupação com a *saúde* (do "povo", da "população", do país e assim por diante) diz respeito, evidentemente, tanto à medicina quanto à moral, entendidas ambas como discursos organizadores de experiências. Em casos limites, que não foram pouco numerosos, principalmente durante os anos 30, a articulação entre a atuação dos médicos e das autoridades policiais fica também bastante clara.

> Se a homossexualidade *per se* nunca foi definida como crime no Código Penal Brasileiro, ao contrário do que ocorreu em outros países, na década de 1930 havia uma clara conivência entre a polícia e os médicos, pois os delinqüentes "homossexuais" de uma certa classe social eram encaminhados para o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificações de São Paulo, onde os médicos levaram adiante suas pesquisas sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade, com ênfase sobre os biotipos e ambiente social dos indivíduos em questão.[35]

[33] Volume citado na nota anterior, p. 3.
[34] ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. 1ª ed. 1928.



Em 1937, durante a Primeira Semana Paulista de Medicina Legal, o Dr. E. de Aguiar Whitaker apresenta "os resultados obtidos pelo estudo antropopsiquiátrico de oito homossexuais (pederastia passiva) detidos pela polícia de SP".[36] As conclusões do autor, também citadas por Fry e MacRae, além de deixarem bem claras as relações existentes entre uma certa pesquisa médica e a atuação das forças policiais, são bastante ilustrativas do espírito com que certos interlocutores entravam nesse debate em torno da vida sexual de determinados segmentos da população brasileira naquela hora. Vejamos.

> Alvaro Adamo, 19 anos. Garçom. Procedente da Capital. Examinado em 18/9/1936.
>
> *Resumo da observação* — Trata-se de um indivíduo com leve psicopatia, homossexual (pederastia passiva) por defeitos de educação e acidental, susceptível de cura, de personalidade medíocre, ciclotímico, emotivo e instável (de modo pouco acentuado), revelando satisfatório senso ético, susceptível de educação médico-pedagógica.
>
> *Diagnóstico* — Personalidade medíocre, ciclotímico, emotividade e instabilidade leves. Pederasta passivo por defeitos de educação e acidental. Desadaptação social susceptível de correção.
>
> João de Abreu, 32 anos. Solteiro. Garçom. Brasileiro. Procedente de São Paulo. Examinado em 29/9/1937.
>
> *Resumo da observação* — Trata-se de um indivíduo cujo aparelho sexual é susceptível de funcionar normalmente, porém preferindo a cópula anal, que lhe traz completa satisfação (...). A sua personalidade, bastante medíocre, é de tipo esquizóide, com tendência à instabilidade. Obedecendo aos seus pendores e características, adaptou-se ao ambiente social, até ao limite em que este tolera a sua anomalia, residindo com uma irmã e trabalhando para viver.
>
> Do ponto de vista do hábito externo, salientar, além do tipo corpóreo, o aspecto normal à inspeção, excetuada a largura da bacia, ligeiramente exagerada. (...) contornos arredondados (bacia de tipo feminino) e (...) distribuição de tipo misto dos pêlos do púbis. Ausência de pêlos no tronco.
>
> *Diagnóstico* — Pederasta passivo, endógeno. Esquizoidia. Instabilidade leve.

[35] FRY, P. e MAcRAE, Edward. *O que é homossexualidade?*, pp. 66-67.
[36] Ibidem, p. 67.

*Parecer médico-social* — Adaptação social relativa. Necessidade de uma ação médico-correcional.[37]

Gostaria de salientar que esse debate em torno da "sexualidade" se articula, às vezes de modo bastante explícito, com outro campo discursivo que se constitui a partir das discussões que tomam como eixo as experiências recobertas pela noção de "raça". Neste campo, destacam-se, evidentemente, os nomes de Nina Rodrigues, Manuel Querino e Artur Ramos. Além disso, a preocupação com o intercruzamento propriamente dito destas duas perspectivas — a da "raça" e a da "sexualidade" —, na tentativa de definir um perfil do Brasil, é também um dado marcante ao longo dos anos 20-30. E aí não se podem deixar de mencionar obras como *Macunaíma* (Mário de Andrade), *Retratò do Brasil* (Paulo Prado), *Casa grande & senzala* (Gilberto Freyre) ou *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Hollanda), as quais vão pontuando estas duas décadas.

No caso das discussões que tomam como eixo a noção de "raça", os pontos destacados vão, em muitos momentos e aspectos, se aproximar daqueles enfatizados no campo da "sexualidade". No debate em torno da "questão racial", por exemplo, reaparece o problema da relação entre determinação biológica (ou aspectos biotípicos) e formas de comportamento de determinados grupos raciais; por outro lado, investe-se com firmeza na discussão da "degenerescência", fazendo-se, freqüentemente, a articulação da "mistura racial" com esta mesma idéia de degenerescência, a qual se revela, para um número significativo de autores, a marca *moral* por excelência do Brasil.

Vale lembrar, ainda uma vez, que boa parte das discussões relativas à questão da "homossexualidade" (ou "inversão sexual"), ao longo dos anos 30, no Brasil, vai privilegiar noções como "intersexualidade" ou "missexualidade" — as quais apontam enfaticamente para a "indefinição" entre um pólo e outro (masculino/feminino) e/ou para a "mistura" de caracteres sexuais que deveriam estar separados. Leonídio Ribeiro assim definia a "intersexualidade":

> (...) um intersexuado é o indivíduo que começou seu desenvolvimento com seu sexo genético e que o acabou com o sexo oposto.[38]

[37] Ibidem, pp. 67-69.
[38] RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1938.



Bello da Motta, ao discutir a "gênese do homossexualismo", o explica como uma

> manifestação aberrante de um estado intersexual latente em todos os indivíduos, exacerbação de uma incorreção que deveria regredir.[39]

E fazendo uma referência a Afrânio Peixoto, autor, como vimos, do trabalho intitulado *Los Missexuales* (1931), acrescenta:

> O estado intersexual (...) é conseqüência da bissexualidade primitiva das glândulas sexuais.[40]

Também tomando como referência o mesmo Afrânio Peixoto, Estácio de Lima vai

> preferir [a expressão] "estados missexuais" — mistura de caracteres, o que é possivelmente superior a "estados intersexuais" de Marañón, que, por seu turno, foi buscar inspiração no termo de Goldschmidt — intersexualidade, o mesmo que bissexualidade orgânica.[41]

Ao contrário da categoria *homo*ssexualidade, que chama a atenção para o fato de se tratar de uma relação ou de uma sexualidade voltada para o *mesmo* sexo — o que, então, é avaliado como problemático — as categorias "missexualidade" ou "intersexualidade" apontam, basicamente, para a "mistura", a "confusão" de caracteres (masculinos e femininos) que deveriam estar separados; mesmo a categorias "inversão sexual" aponta também para algo que está "fora do lugar" — *invertido*. Assim, quando este universo de categorias é acionado pela medicina legal dos anos 30, o ponto problemático fundamental revela-se como aquele referente à necessidade de uma "correta ordenação", de uma "correta arrumação".

O equivalente deste eixo temático no campo das discussões raciais parecem ser as noções de "mestiçagem" e/ou "miscigenação", que são o ponto de convergência de boa parte dos debates e das controvérsias. É Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala* (1933), quem vai, pela primeira vez, valorar positivamente a "mestiçagem", ao mesmo tempo que constrói a noção ideologicamente bastante comprometida de "democracia racial". Este "falseamento" da posi-

[39] MOTTA, Bello da. *Homossexualismo em medicina legal*. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1937.
[40] Ibidem.
[41] LIMA, Estácio de. *A inversão dos sexos*, p. 27.

ção social do negro e do potencial de conflito das relações raciais no país parece ter sido o preço pago pelo reconhecimento da "mistura racial" como um fato de que não se podia escapar na composição de um perfil daquele Brasil *moderno* que despontava no começo dos anos 30. Não esquecer que um pouco mais tarde, em 1936, Sérgio Buarque de Hollanda consagrava a noção de "homem cordial", a qual, apesar dos protestos do autor,[42] era absorvida como mais uma "minimização" do conflito na avaliação da sociedade brasileira.

Assim, da mesma maneira como o Brasil discutia e organizava a sua "sexualidade", ele também discutia e organizava a sua "composição racial". E, nesse processo de *reorganização sexual/racial/nacional*, as associações entre idéias, entre categorias eram bastante eloqüentes tanto no que se refere à posição social dos sujeitos dos vários discursos em circulação quanto no que diz respeito ao repertório disponível no campo intelectual da época para pensar o país. Em 1928, Paulo Prado afirmava em *Retrato do Brasil*, trabalho que tem como subtítulo "Ensaio sobre a tristeza brasileira":

> O negro cativo era a base de nosso sistema econômico, agrícola e industrial e, como que em represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de conseqüências ainda incalculáveis.[43]

Neste debate em torno da "questão racial", além de nomes como os de Paulo Prado e Gilberto Freyre — cuja referência é sempre obrigatória —, dois autores se destacam, principalmente levando-se em conta o interesse deste ensaio no campo da medicina legal; são eles: Nina Rodrigues e Artur Ramos.

Em sua tese de doutorado,[44] Mariza Corrêa avalia o papel e a importância da "escola" Nina Rodrigues tendo em vista, principalmente, a constituição da medicina legal como campo de saber:

> A "escola" é também uma espécie de mito de origem da medicina legal brasileira. A maioria dos médicos formados no Brasil no início deste século, ao escolherem esta especialidade, se filiavam também à "escola" ou se diziam por ela influenciados de alguma forma. Isto não é de espantar, uma vez que até 1910 apenas duas faculdades de medicina funcionavam no país, no Rio de Janeiro e na Bahia, e dado o particular zelo de Nina Rodrigues em tornar a medicina legal um ramo autônomo da medicina brasileira do final do século XIX.[45]

[42] Ver especialmente a nota 157, p. 106, de *Raízes do Brasil* (edição de José Olympio, 1975), onde o autor discute amplamente a interpretação dada à expressão.
[43] PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1944.
[44] *As ilusões da liberdade — A escola Nina Rodrigues & a antropologia no Brasil*, USP, 1982.



Adiante, a autora destaca ainda a importância da medicina legal — e, evidentemente, do trabalho de Nina Rodrigues nesta direção — na constituição de um campo científico no Brasil:

> Num período em que a ciência como legitimadora de opiniões era invocada por todos os analistas de nossos problemas sociais, a medicina legal foi das primeiras disciplinas a conquistar um espaço institucional próprio e a definir seu agente, o perito. Especialidade e especialista se encontram em Nina Rodrigues numa combinação perfeita de momento, impossível de se repetir.[46]

Nina Rodrigues (1862/1906), médico, foi professor de medicina legal.

> Natural do Maranhão, iniciou o estudo de medicina na Bahia, vindo completá-lo no Rio, onde se diplomou em 1888.[47]

Tendo sido professor da Faculdade de Medicina da Bahia a partir de 1891, deixou uma obra — em grande parte organizada em livro postumamente — que, segundo voz geral, é notável sobretudo pela documentação recolhida, destacando-se *Os africanos no Brasil* (1932) e *O animismo fetichista dos negros baianos* (1935).

> Redigiu por muito tempo a velha e ilustre *Gazeta Médica da Bahia*, fundou e manteve a *Revista Médico-Legal* (e) colaborou assiduamente no *Brasil Médico* (...).[48]

Em vida, publicou o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) e *O alienado no direito civil brasileiro* (1901).

Na terceira edição deste seu trabalho de 1894 — *As raças humanas* — aparecem dois textos introdutórios — um assinado por Estácio de Lima e outro por Afrânio Peixoto — que merecem desta-

[45] Ibidem, p. 2.
[46] Ibidem, p. 68.
[47] Enciclopédia Barsa, Vol. X, p. 24.
[48] Afrânio Peixoto "A vida e a obra de Nina Rodrigues", texto de abertura do livro do mesmo Nina — *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, edição da Livraria Progresso Editora, de 1957.

que. Ambos os autores vão chamar a atenção do leitor para a importância com que são tratadas, na obra fundadora de Nina, as "realidades brasileiras" ou as "coisas nacionais".

É Estácio, no prefácio, quem afirma:

> Surgindo no século XIX, [Nina Rodrigues] recebeu as influências poderosas das ciências experimentais que abalavam o mundo (...) Todo o seu grande entusiasmo pelas doutrinas que surgiam com o sabor das causas revolucionárias não lhe comprometia o notável senso crítico (...) O que, sobretudo, caracterizava o seu trabalho era a investigação à luz das realidades brasileiras.

Ainda no prefácio, o mesmo Estácio de Lima vai "colocar em questão" — passados mais de cinqüenta anos da primeira publicação da obra — a visão de Nina a respeito da "mestiçagem":

> Há, porém, quase ao fim do livro, no penúltimo capítulo, uma tese que se poderia dizer condizente com a doutrina de grandes pensadores do pretérito, e repelida, entretanto, por muitos dos nossos contemporâneos. É aquela conceituação da mestiçagem dentro de certos grupos étnicos acarretando a fatalidade de anomalias físicas, intelectuais e morais.

Afrânio Peixoto, por sua vez, em pequeno trecho introdutório intitulado "A vida e a obra de Nina Rodrigues", será especialmente enfático. Num país onde "o povo é triste e indolente, sem curiosidade além da que traz o proveito imediato, de sorte que não se dá nem preza a pesquisa da verdade, ainda para a posse de utilidades novas ou possíveis", a obra de Nina Rodrigues se destaca. E continua, reafirmando seja a amplitude de seu trabalho, seja sua preocupação com o Brasil.

> Nina Rodrigues dava-se, na sua especialidade, à pesquisa de assuntos nacionais ou do modo de se comportar entre nós, meio, raça e momentos diferentes de civilização, os conhecidos fatores biológicos ou sociológicos que determinam os fenômenos da vida (...) Outra razão (...) foi se ter especializado numa ciência, a cavaleiro sobre o direito, e a medicina, apoios tomados na filosofia, na literatura, na biologia e na psiquiatria (...). Finalmente, (...) pôs-se, pois, a estudar o Brasil e as coisas nacionais. (...) Nina Rodrigues foi a seu modo um dos nossos descobridores. Sem tenções dobradas, um bandeirante pelas regiões inexploradas de assuntos nacionais que estavam em ser no seu território, e, ai de nós! ainda continuam para tantos outros...



Profundamente marcado pela "escola Lombroso", Nina Rodrigues teve um papel importante nos debates em torno de Antônio Conselheiro — o personagem central da revolta de Canudos:

> Segundo a escola Lombroso e as lições de Max Nordau — ambos, conforme temos visto, extremamente influentes no Brasil —, todos os escritores, artistas, homens de gênio, eram cérebros anormais, à beira da loucura e em pleno processo de degenerescência. As primeiras dúvidas, aliás prestamente escamoteadas, surgiram nos fins do século anterior, quando Nina Rodrigues não encontrou no crânio de Antônio Conselheiro nenhuma das *bossas* que deveriam tê-lo predisposto ao crime e ao desequilíbrio mental (...).[49]

Ainda segundo Wilson Martins,

> (...) a morte de Nina Rodrigues, precisamente nesse ano de 1906, viria interromper por um largo espaço de tempo, como assinalou Artur Ramos, os estudos científicos sobre o negro. Mas é preciso deixar bem claro que, tanto quanto Sílvio Romero, ele via no africano e seus descendentes um dos fatores decisivos, e talvez irremediáveis, da nossa inferioridade como povo. Ao morrer, ele deixou concluído e em parte já impresso o volume que hoje conhecemos pelo título de *Os africanos no Brasil* (1933), do qual três capítulos haviam aparecido na imprensa (...).[50]

Artur Ramos (1903-1949), da escola Nina Rodrigues, se autodefinia como amigo de Mário de Andrade. Médico-legista, professor e antropólogo, escreveu trabalhos sobre loucura, psiquiatria, psicanálise e sobre as "culturas negras". Alguns de seus trabalhos são: *Primitivo e loucura*, Bahia, 1926; *A sordície nos alienados*, Bahia, 1928; *Estudos de psicanálise*, Bahia, 1931; *A possessão fetichista na Bahia*, 1932; *O mito de Iemanjá*, 1932; *O negro brasileiro*, 1934; ou *As culturas negras do Novo Mundo*, 1937.

No prefácio à primeira edição deste seu trabalho de 37, o autor afirmava:

> Quando, há mais de um decênio, comecei a reunir, na Bahia, material de estudo sobre o negro, no Brasil, nada havia deste absorvente interesse de hoje, no assunto. Os ensaios, então publicados, na imprensa leiga, nas revistas técnicas, as pesquisas

[49] MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, EDUSP/Cultrix, 1977, vol. V, p. 557. Grifo do autor.
[50] Ibidem, p. 298.

encetadas no recesso dos candomblés, a que me arrastou a profissão de médico-legista do Instituto Nina Rodrigues... não encontraram eco imediato.

A conspiração do silêncio envolvera um problema que foi a preocupação dominante de Nina Rodrigues, problema nosso, doméstico, apenas abordado em poucos aspectos unilaterais: algumas páginas dedicadas à Abolição, poucas mais consagradas a pesquisas lingüísticas... e mais nada. (...)

O nome de Nina Rodrigues, reivindicado através dos nossos trabalhos, é citado entre os estudiosos estrangeiros como o grande pioneiro dos estudos científicos sobre o negro.

E não se poderá acusar hoje a sua escola, como ainda insistem alguns intelectuais de má fé, de reincidir no prejulgado da tese da inferioridade antropológica do negro ou da degenerescência da mestiçagem, que fora endossada pelo sábio baiano, preso evidentemente aos métodos e às "hipóteses de trabalho" da ciência de sua época.

A "reinterpretação" de Nina Rodrigues tem sido hoje a preocupação dominante dos seus discípulos, no setor dos estudos sobre o negro. Mesmo porque já ninguém vai perder mais tempo em trazer à tona das discussões pontos científicos, passados em julgado, como estes da superioridade ou inferioridade de raças, que constituem um lugar-comum de todo estudante de antropologia...[51]

Vale lembrar que, ao longo de toda a década de 1920, há uma intensa movimentação, através de jornais, organizações etc., no sentido de reivindicar os *direitos do negro brasileiro*. Wilson Martins, ao comentar o período, afirma que a "questão negra" era um

> ponto de confluência em que se iam encontrar os tradicionalistas, os regionalistas, os nacionalistas e os internacionalistas da década seguinte. O que começava a exalar enxofre comunista, por um lado, e, por outro, com algum paradoxo a parecer intolerável subversão dos nossos valores tradicionais. Assim, os nacionalistas de direita encaravam com suspeita os estudos negros (...).[52]

E em outro trecho nos diz:

> O próprio idioma do país era *mestiço*: o problema lingüístico estava ligado à composição étnica e esta ao preconceito de raça,

[51] RAMOS, Artur. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979 (4ª ed.), pp. XIX/XX.

[52] MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, EDUSP/Cultrix, 1977, vol. VI, p. 380.



> todos agindo e reagindo entre si num movimento de lançadeira. Não é sem motivo que os estudos negros retomavam algum interesse, depois da morte de Nina Rodrigues, mas agora em perspectivas *opostas* às de Nina Rodrigues, com a memória de Manuel Querino (1851-1923), *A raça africana e seus costumes na Bahia*, apresentada ao V Congresso Brasileiro de Geografia, em 1916, posteriormente incluída no volume *Costumes africanos no Brasil* (1938). Sem a estatura científica de Nina Rodrigues, coube, entretanto, a Manuel Querino estabelecer as coordenadas em que se enquadrariam os nossos estudos negros na década de 1930: a reavaliação das práticas religiosas, a análise da contribuição africana na civilização brasileira, a sua influência para a conformação de uma nova sociedade, com o seu caráter próprio.[53]

## IV – A homossexualidade no Brasil dos anos 30: O discurso da medicina legal

Qualquer reflexão que pretenda discutir e avaliar o modo como a medicina legal, ao longo da década de 1930, tratou a questão da "homossexualidade" ou da "inversão sexual" — expressão até hoje dotada de forte significado no meio médico — deve levar em consideração tanto o papel e/ou a imagem do médico naquele momento (não se esquecendo de que os próprios médicos tiveram uma atuação forte na afirmação e na divulgação desta imagem) quanto a avaliação que estes mesmos médicos faziam da medicina como campo de saber e de atuação tecnoprofissional, avaliação que contou, de modo cada vez mais intenso, com a sanção da própria sociedade, ou melhor, de determinados segmentos sociais, tais como parcelas significativas da intelectualidade e da elite política dirigente; sem que se esqueça, evidentemente, o prestígio e a popularidade crescentes da figura do médico no contexto da ascensão de um modo de vida familiar burguês.

Inicialmente, é bastante visível, em todos os autores, uma preocupação na direção da ênfase no pertencimento a uma tradição "moderna", de caráter internacional, destacando-se, assim, seu papel de "vanguarda" no campo da medicina. A menção a teorias ou a autores ditos "modernos" é freqüente, bem como a reafirmação de determinados trabalhos e/ou personagens de destaque (por sua posi-

[53] Ibidem, p. 53. Grifos do autor.

ção de vanguarda) no campo intelectual médico da época por meio de citações ou referências indicativas. Ao comentar o trabalho de Krafft-Ebing, por exemplo, Estácio de Lima afirma:

> Tudo isso parece a linguagem da sexologia de hoje; e nada mais é do que o pensamento de um sábio do século XIX! Há de reconhecer-se que novos horizontes, desde então, se rasgam, e o terreno surge aplainado para as conquistas *modernas*.[54]

Há, por outro lado, freqüentes referências seja a textos de Freud ou à psicanálise em geral, seja a sexólogos que, embora trilhando outros caminhos, também se destacavam no estudo do sexual. Cita-se um pouco de tudo, numa clara tentativa de demonstrar, por aí, o domínio de um determinado campo:

> Inversão sexual feminina... Curioso e interessantíssimo capítulo da psicologia mórbida... Aliás, *psicologia mórbida* é maneira algo imprópria de dizer, em face dos conceitos psicanalíticos ortodoxos. Porém, não há como fugir, ainda ao seu emprego, pelo que, aos quandos, nos valeremos de semelhante linguagem.[55]

O mesmo autor, em outro trecho, afirma:

> O palpitante interesse que, no mundo inteiro, despertam os estudos de sexologia há feito convergir, para a *nova ciência*, a cuidadosa atenção dos homens mais notáveis.[56]

Outra preocupação bastante visível em praticamente todos os autores é a de colocar o discurso médico como algo que se situa acima dos preconceitos dominantes no dia-a-dia da vida social, na busca de uma desvinculação com relação a qualquer conotação "moral", por meio de uma articulação clara entre o conhecimento produzido pela medicina (visto como objetivo e idôneo), a "verdade" e a "justiça". Nas palavras de Afrânio Peixoto, referência obrigatória e legitimadora da medicina legal de então, a questão é assim definida:

> (...) há que se multiplicar a observação e a medicina legal, que se vai fazendo, e será, inteiramente amanhã, medicina social — será uma das servidoras mais prestimosas da verdade, portanto da justiça.

[54] LIMA, Estácio de. *A inversão dos sexos*, p. 227. Grifo meu.
[55] Ibidem, p. 19. Grifo do autor.
[56] Ibidem, p. 107. Grifo meu.



E, adiante, resume: "(...) informar, dar a conhecer. Só isto é ciência".[57]

Marcada pela crença no poder libertário e democratizador do conhecimento científico, esta posição de Afrânio Peixoto vinha se somar a uma preocupação visível desde o século XIX, na Europa, no sentido de "descriminalizar" o homossexualismo ou de atenuar, pela medicalização, a "responsabilidade penal" dos sujeitos de práticas homossexuais. Leonídio Ribeiro,[58] por exemplo, faz referência ao "magistrado homossexual" Karl Ulrich — criador do termo "uranista" para se referir ao homossexual e autor da conhecida frase "uma alma feminina num corpo de homem" — quem, já no século XIX, se preocupava em defender, na justiça, os acusados homossexuais. Em seu livro *Homossexualismo em medicina legal* (1937), Bello da Motta, em capítulo intitulado "Da responsabilidade penal dos homossexuais", argumenta que como a questão da homossexualidade aponta para um "fundo orgânico, endócrino", podendo haver "perturbação dos sentidos", a responsabilidade penal seria sempre "atenuada ou mesmo inexistente".

Sem afastar-se inteiramente do ideário apontado acima, mas fazendo interferir outros elementos na discussão, os quais a encaminham, claramente, para o campo do poder de Estado, outros autores vão explicitar dimensões importantes deste processo de medicalização da homossexualidade ou da "inversão". Em seu trabalho, já referido anteriormente, *Direito de curar* (1932), Leonídio Ribeiro, por sua vez, ao discutir a delicada questão da *ética médica*, e depois de definir o médico como "representante da autoridade suprema, que é o Estado", chama a atenção para as modificações pelas quais vinha passando a medicina naquela hora:

> A medicina, de simples arte de curar, passou a ser uma ciência social, de crescente projeção na vida dos países civilizados, intervindo a cada passo na solução de seus grandes problemas coletivos, a fim de melhorar, com a higiene, as condições da saúde pública, e, com a medicina legal, ajudar a elaboração das modernas legislações, que se baseiam agora quase todas nas conquistas da biologia.

[57] Ambos os trechos de Afrânio Peixoto foram coletados de seu prefácio ao livro de Estácio de Lima *A inversão dos sexos*, 1935.
[58] RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*.

Em seguida, associa, de modo bastante direto, esta ampliação do poder de intervenção da medicina e do médico com o advento das *sociedades modernas*, momento por excelência da afirmação de um modelo de nação que nos é bastante familiar:

> É aqui o momento de salientar os direitos que as sociedades modernas vão tomando sobre o indivíduo, *que cada dia mais se anula e desaparece*, sem o que não seria possível a vida em comum, pois a ordem, tranqüilidade e riqueza são as razões primeiras da vitalidade e da força de uma nação. (...) Cada um de nós tem, pois, o direito de dispor de si e de seu corpo, ferir-se ou mutilar-se, *sem que ninguém possa censurá-lo ou puni-lo. O Estado sempre que entender, porém, pode impedir o exercício desses direitos para defender os supremos interesses da coletividade.* (...) Toda a vez, pois, que um de nós pretender sacrificar a sua saúde ou a sua vida, que é um bem público e faz parte da riqueza coletiva, deverá encontrar obstáculos e sofrer penalidades.[59]

Longe de afirmar a primazia do espaço de *cidadania* e da prevalência do *indivíduo* sobre o todo social, esta vertente do pensamento moderno, expressa com cores fortes no pensamento centralizador e autoritário de Leonídio, vai referendar o poder de Estado e defender a submissão a uma "ordem nacional", condições indispensáveis, desta perspectiva, para a vitalidade da "vida em comum". Antes de ser "moral", no entanto, a questão central refere-se a uma estratégia de afirmação social. Não são os atos, em si, que estão em julgamento, mas sim o efeito que possam ter no sentido da consolidação ou do enfraquecimento de uma determinada coletividade *nacional*.

Assim, é na direção de uma intervenção saneadora/ordenadora — "A ciência moderna (...) não duvidará dos efeitos nocivos, terrivelmente nefastos, do amor desorientado, para o indivíduo, para a sociedade e para a espécie"[60] —, e com o firme propósito de dar uma espécie de "respaldo biológico" (e, portanto, "verdadeiro" e "justo") à legislação, que os representantes da medicina legal vão argumentar, tendo em vista a inclusão, no campo médico, da homossexualidade ou da "inversão", bem como a definição de seu tratamento. O mesmo Leonídio Ribeiro, em outro de seus trabalhos — *Homossexualismo e endocrinologia* (1938) — afirma:

> No século passado foi que o problema do homossexualismo começou a ser estudado por médicos e psiquiatras, interessados em descobrir suas causas, a fim de que juristas e sociólogos pudessem modificar as legislações existentes, todas baseadas em noções empíricas e antigos preconceitos, e fosse possível seu tratamento, em moldes científicos. (...) As práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas, ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número de casos, de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência. (...) A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria da humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis.

[59] Os grifos são meus.
[60] LIMA, Estácio de. *A inversão dos sexos*. Rio, Guanabara, 1935, p. 109.



Ainda segundo o "senso comum" médico que se afirmava na época, e como já foi apontado em outra parte deste ensaio, o papel atribuído tanto à medicina em geral quanto ao próprio médico em particular obrigava este último a entrar em contato direto com o lado "triste e sombrio", colocação freqüente, da vida social — a *patologia*, em seus componentes biológicos, sociais e outros. Este contato, simultaneamente marcado por sentimentos de fascínio e de repugnância — repugnância "tolerada" em função da "sagrada missão" a que devia se dedicar o médico — é intensamente descrito nos textos dos representantes da medicina legal ao discutirem a instigante questão da "inversão sexual". Em *A inversão dos sexos* (1935), Estácio de Lima assim define a tarefa que tem diante de si:

> Buscaremos, justamente, neste ensaio, focalizar o *verso triste e sombrio da medalha*. O lado luminoso, prenhe das seduções melhores, ficará mais ou menos à margem, *para nos determos um pouco no estudo das tragédias dantescas em que vive a alma de inúmeras criaturas desgraçadas*, conscientes, não raro, de sua miséria, mas impotentes para reagir, incapazes de se encaminharem para o mundo de incomparáveis encantos que oferece a libido quando normalmente orientada.[61]

Em outro trecho deste mesmo livro, o autor reforça essa visão especialmente dramática do objeto que tinha diante de si:

> Tão belo é o capítulo do amor que aproxima os sexos (...) tão cheio de encantos é ele dentro da normalidade, quanto surge trágico e horripilante, nas suas aberrações monstruosas...[62]

[61] Os grifos são meus.
[62] P. 15.

Lidos hoje, na última década do século XX, momento em que o campo das relações de gênero — depois da vivência de uma agitada cronologia facilmente retraçável desde pelo menos o começo dos anos 60 — transformou-se em um dos núcleos mais férteis da discussão ou da crítica cultural contemporânea, estes textos da medicina legal realmente chamam a atenção. Inicialmente, por nos darem claramente a impressão de estarmos diante do "começo" de uma vasta rede discursiva, que veio se produzindo e reproduzindo ao longo de todo este século; em seguida, pela presença de certo "moralismo" (às vezes curiosamente "ingênuo"), altamente revelador não apenas de preconceitos "de época", mas, fundamentalmente, de preconceitos ainda bem arraigados hoje, embora, já agora, escamoteados com grande sofisticação e habilidade. Exemplos não faltam para ilustrar o que estou querendo dizer. Entretanto, há que se ter cuidado para que não seja reduzida, pela caricatura fácil, a riqueza desses textos. Mesmo arriscando uma eventual simplificação, vejamos essa questão um pouco mais de perto.

Há, de início, uma referência irresistível feita por Estácio de Lima à curiosa crença de Afrânio Peixoto na preferência, por "pederastas", da cor verde, a qual não pode ser esquecida.

> Pronunciamos, na Faculdade de Medicina, para numerosíssimo auditório, uma conferência sobre inversões sexuais masculinas. Aludimos ao fato de gostarem, determinados homens, apaixonadamente, da cor verde no trajar, e citamos Afrânio Peixoto, quando anota a preferência de pederastas pelas gravatas verdes.[63]

Como se explicaria essa mágica atração, nem Afrânio nem Estácio parecem estar muito interessados em responder. E adiante, num pequeno comentário situado a meio caminho entre seus próprios preconceitos e a denúncia daqueles reforçados pela psicologia, o autor afirma:

> Que os dançarinos de profissão e tendência são malvistos pelos psicólogos, é indubitável.[64]

Outro aspecto que, na minha opinião, merece destaque é a leitura que estes representantes da medicina legal brasileira dos anos 30 fazem das idéias da psicanálise em geral ou, mais especificamente, dos textos de Freud. Seria fácil, com olhos de hoje, dizer que esta leitura é limitada, preconceituosa e francamente biologizante, contrariando, assim, tudo o que estava sendo trazido de novo pelo pensamento freudiano. Entretanto, gostaria de aproveitar um pouco as indicações que esta leitura deixa no ar. Fortemente marcados pelo vigoroso debate entre uma compreensão da homossexualidade que reforçasse o peso do psiquismo e outra que afirmasse a prevalência quase absoluta do biológico, estes autores podem nos dar pistas importantes e sutis para uma reavaliação contemporânea de toda reflexão centrada, por exemplo, na noção de "perversão".

Há, de início, em vários deles (mas principalmente em Estácio de Lima), uma preocupação de fazer referências e mesmo citar as idéias e os trabalhos de Freud — o "genial criador da psicanálise", reconhece aquele autor, que afirma em outro trecho:

> Somente pela análise psíquica, buscando atingir as raízes profundas e inconscientes da sexualidade, é que o homem principiou de conhecer-se verdadeiramente.[65]

Leonídio Ribeiro, representante bem mais eloqüente de uma postura marcadamente biologizante, também faz referência à psicanálise:

> Não obstante ser aceitável, até certo ponto, uma parte dos argumentos apresentados pela psicanálise, ganha terreno, cada vez mais, a teoria que afirma existir, na maioria dos casos de inversão sexual, uma causa ou predisposição orgânica, para esses fenômenos que seriam provocados, favorecidos ou agravados, pela influência do ambiente.[66]

E adiante conclui: "A teoria constitucional endócrina tem recebido confirmações eloqüentes (...)".[67]

Mas o que importa destacar, acima de tudo, aqui, é a maneira curiosa e sintomática como Freud é lido por estes autores, leitura esta que vai acentuar "impiedosamente" as marcas morais do pensamento do próprio Freud e, especialmente, os limites e as dificuldades da noção de "perversão". Vejamos um exemplo especialmente revelador:

---

[63] LIMA, Estácio de. *A inversão dos sexos*, p. 209.
[64] Ibidem, p. 213.
[65] Ibidem, p. 14.
[66] RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*.
[67] Ibidem.

Há zonas outras erógenas, do corpo, que Freud as estudou exaustivamente. Estas revivem, em uma ou outra ocasião, nos adultos. Os lábios, muito particularmente, ou melhor, as mucosas bucais... O fundador da psicanálise, porém, ressalva o beijo: "O *uso da boca à maneira de órgão sexual é considerado como perversão, quando os lábios (ou a língua) tomam contato com as partes genitais, não, porém, quando somente são as mucosas bucais que se tocam. Esta exceção, que nós estabelecemos a favor do beijo, é um elo da cadeia que liga a perversão ao ato normal*" (Freud, *Sexualidade*, p. 24).

Pretende-se, aí, firmar, claro, a estúpida aberração que é, para a mulher, o encontrar prazer na felação (chupar o pênis), e, vice-versa, o agrado que experimenta o homem na sucção dos órgãos genitais femininos (cunilíngua). Revivescências do passado, infantilismo do instinto, mesmo com integridade do amor, quanto ao objeto (heterossexualidade).

Anote-se, porém, que nem sempre se encontra a libido feminina comprometida com a felação: é prática prostitucional imposta pelo macho que paga e exige...

Não há dúvida, entretanto, se o contato dos lábios é bastante à vida sexual, conduzindo ao orgasmo, independente de tudo o mais, teremos o caso anômalo.

"*A mesma pessoa que beija, com ardor, os lábios de uma rapariga bonita, não se servirá sem custo de sua escova de dentes.*" O argumento veio para lembrar que "*a repugnância é uma das forças que contribuem para limitar os fins sexuais*" (Freud, ob. cit.).

Mas o mesmo genial criador da psicanálise, abordando o capítulo do fim sexual do invertido, escreve: "*Nas mulheres, os fins sexuais da inversão também variam... Dentre esses fins, o contato das mucosas bucais é o mais procurado...* (ob. cit. p. 18)."

Realmente, entre grandes e pequenas lésbicas, o atrito de lábios contra lábios e língua contra língua muitas vezes conduz à plenitude do prazer físico.

Tem sido o beijo demais disso, apontado como elemento decisivo do amor fisiológico. A inteligência popular criou o bárbaro provérbio: "*Mulher beijada, mulher copulada...*" Beijada na boca, precisam os entendidos.

O poeta compatrício, no elogio desenganado do beijo, definindo-o como "*a explosão radiosa do desejo, de uma boca a outra boca subjugada*", arrematou, exaltado, no magnífico decassílabo: *É como o ópio que nos arrebata, a um novo céu de estranha melodia, porém, às vezes, abusando, mata...*



Está, claramente, visto que os traços de sobrevivência da zona erótica oral explicam a satisfação experimentada no beijo, evitados, porém, os desvirtuamentos de finalidade (coito bucal ou orgasmo pelo simples contato das mucosas bucais), graças, como aludiu Freud, à repugnância, educação etc.

Os seios, muitas vezes, têm sido visados pelos topo-invertidos. Há mulheres que experimentam, a seu turno, indizível prazer com a excitação das mamas. Narra Krafft-Ebing o episódio curioso daquela santa virgem Veronica Juliani, beatificada pelo papa Pio II, e que "*ardendo de amor pelo Cordeiro celeste, trazia, para o seu leito, um carneirinho autêntico, ao qual cobria de beijos, enquanto o bicho lhe sugava os peitos...*" (*Psicol. sex.*, p. 10). Monstruosidade do instinto, não há dúvida.[68]

É curioso notar como, em alguns livros (e especialmente em alguns autores), este "moralismo" a que venho me referindo se combina, intensamente, com um tom excessivamente "dramático" — como apontávamos acima —, numa retórica de grande impacto:

> (...) aqueles trágicos doentes do amor, ardendo em chamas tétricas de paixões homossexuais, homens que se entregam a homens, no delírio das aberrações mais lúgubres do instinto..., (Estácio de Lima em seu interessantíssimo trabalho *A inversão dos sexos.*)

Em outro trecho do mesmo livro afirma:

> Nem todo homossexual vive pelas ruas, à noite, à procura de aventuras. Há os de outra casta. E dignos de respeito em sua desgraça. E intelectualmente superiores a tantíssimos pseudonormais.[69]

Bastante diferente de Leonídio Ribeiro, por exemplo, cuja obra aparece fortemente marcada por um moralismo extremamente autoritário e visivelmente comprometido com a repressão engendrada pelo aparelho de Estado, Estácio, mesmo quando se revela "moralista", não deixa de construir um texto extremamente sedutor, sinuoso, marcado por certo voyeurismo, numa "cumplicidade" com as cenas que descreve ou mesmo com o leitor (privilegiadamente "masculino" — vale lembrar que estes médicos estão conversando sobretudo "entre homens") que é levado a dividir, com ele, a visão daquele espetáculo "grotesco" mas fortemente *erotizado.* Há um quê de Gilberto Freyre no texto de Estácio de Lima...

[68] LIMA, Estácio de, pp. 20-22.
[69] P. 161.

Num trecho de seu livro já tantas vezes referido, Estácio, numa visão intensamente erotizada do "negro", em que não deixa de destacar a presença de "branduras de afetos suaves", afirma:

> Na colônia que fomos, reinavam dissoluções, desregramentos, impudicícias, perversões sexuais. O elemento negro, acobardado pelo peso da escravidão mais negra ainda, trazendo, nas veias, os impulsos de um cio insaciável, e, no coração, as branduras de afetos suaves e dedicações irrestritas, mal saberia resistir, neste ambiente propício de bochornos, aos assaltos do branco devasso e corrupto... Tanto mais quanto, isto aqui era degredo, para a gente pior lá do reino...[70]

Como já foi insistentemente apontado em outras oportunidades, a articulação entre "sexualidade" e "raça" é um aspecto importante do debate travado pela medicina legal. No contexto específico da investigação em torno da "inversão sexual", este aspecto é bastante salientado, e, com freqüência, a ele se somam as questões da criminalidade, da delinqüência, da loucura e, finalmente, da "degenerescência". Leonídio Ribeiro, por exemplo, em seu trabalho *Homossexualismo e endocrinologia* (1938), faz referência aos "estudos biotípicos" de "negros e mestiços, autores de homicídios", no Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, criado e dirigido por ele, instituição na qual Leonídio centralizava seu trabalho de pesquisa "a fim de tentar esclarecer alguns pontos (...) da biologia do homem criminoso, em nosso meio (...)".[71] Entretanto, o grande exemplo de toda esta discussão nos é dado pelo mesmo Leonídio Ribeiro — é o "caso Febrônio", personagem por ele descrito, em seu livro acima referido (em capítulo intitulado "Homossexualidade e sadismo"), como "um mestiço escuro em que são francos os caracteres do cruzamento caboclo-preto".

Esta associação entre "homossexualidade" e "delinqüência" não está, no entanto, sempre referida à noção de "raça". Há outros fatores apontados, embora a associação seja especialmente freqüente. Gregório Marañón, no prefácio ao mesmo livro de Leonídio Ribeiro, afirma:

> (...) sobre o terreno da homossexualidade pode surgir a delinqüência; e surge de fato, em muitas ocasiões, por razões diversas: a principal de todas a de que a inadaptação do indivíduo ao meio, fonte principal do delito, é muito mais intensa nos indivíduos homossexuais que nos que não o são.

Em outro trecho, o mesmo Marañón aponta a "raiz biológica" das culpas sociais dos homossexuais delinqüentes.

Este terreno do biológico (e suas complexas articulações com o "psiquismo") é, na verdade, o grande campo em que este debate em torno da "inversão sexual" está sendo travado naquela hora. Em grandes linhas, poderíamos situar, de um lado, Leonídio Ribeiro, representante por excelência da defesa da "predisposição congênita" e das "teorias endócrinas" do homossexualismo e, de outro, Estácio de Lima, que tenta articulações bem mais sutis e complicadas com as teorias que apontavam na direção do "psiquismo":

> O problema da homossexualidade, enquanto permaneceu escogitação teológica pura, era questão de consciência e de moral. Os psiquiatras organicistas deslocaram, transladaram o assunto dos domínios do pecado para o terreno das moléstias: degenerações... (...) Argutos pesquisadores, buscando explorar o mundo misterioso do inconsciente, afirmaram, sinceros, que nada se resolveria para fora da indagação, tão-só, dos fatores psicológicos. (...) Estamos já na época do meio-termo: Freud e Pende, bem o dissemos linhas atrás.[72]

Fervoroso defensor da *endocrinologia* no diagnóstico, na compreensão e na terapêutica da "inversão sexual", Leonídio Ribeiro, conhecido por suas pesquisas fortemente calcadas nas determinações biológicas, chegou a propor a realização de *enxertos*, em seres humanos "invertidos", de glândulas extraídas de macacos superiores para, com a entrada no organismo de novos hormônios, atingir a "cura" da "inversão".

Diante da radicalidade de posições como esta, destaca-se a postura de certa forma "conciliatória" de Estácio de Lima:

> Entre as correntes diametralmente opostas, uma que tudo pretendia explicar pela psicologia, e outra propensa a subordinar tudo às desordens materiais do organismo, principiaram de surgir as doutrinas intermediárias, conciliando os dois fatores, que se não repeliam, antes se complementavam. (...) Vale, pois, ficarmos no terreno em que, decididamente, ficamos: os fatores psíquicos da inversão sexual, incontestavelmente, são muito gran-

[70] *A inversão dos sexos*, p. 147.

[71] Leonídio Ribeiro, texto de abertura ("Duas palavras") de seu livro *Homossexualismo e endocrinologia*.

[72] LIMA, Estácio de, *A inversão dos sexos*, p. 97.

des; não será lícito, porém, desprezar aqueles atinentes ao organismo do indivíduo (constituição, glândulas endócrinas...).[73]

E ele assim sintetiza sua crítica aos endocrinologistas:

> Com as reivindicações das velhas teorias humorais, estabeleceram os novos endocrinologistas as bases de suas discussões. Ganharam terreno os hormônios, rapidamente. Tudo se tornou questão de secreções internas. Os homens eram o que valiam suas glândulas: bons ou maus, doentes ou sadios, geniais ou idiotas... Num e noutro sexo é assim, ponderava Pende: pensamentos, riqueza intelectual, coragem, emotividade, ternura, piedade, bondade, abnegação, timidez, virtude, misticismo, tudo resulta do endocrinismo.[74]

Embora me pareça que as posições polares neste acalorado debate sejam efetivamente ocupadas por Estácio e Leonídio, Afrânio Peixoto e Bello da Motta também estão claramente situados em seu interior. Em seu trabalho *Homossexualismo em medicina legal* (1937), Bello da Motta declara:

> A endocrinologia deu, assim, outra orientação ao estudo da gênese do homossexualismo. (...) Não se o compreende mais como obra exclusiva de degeneração ou de influências psicológicas, estado congênito ou adquirido. Mas puro fenômeno de desendocrinia, manifestação aberrante de um estado intersexual[75] latente em todos os indivíduos, exacerbação de uma increção que deveria regredir.

E, adiante, cita uma frase de Afrânio Peixoto: "O assunto não é mais de Polícia de Costumes, de Código Penal e Moral Social: porém de endocrinologia, de opoterapia, de opoigia." Leonídio Ribeiro, por sua vez, também afirma: "Afrânio Peixoto está entre os que acreditam ser o homossexualismo a conseqüência de alterações do sistema endócrino."[76]

Entretanto, fossem quais fossem as razões a partir das quais se pudesse melhor explicar o fenômeno da "inversão sexual", todos os

[73] Ibidem, pp. 72 e 74.
[74] Ibidem, p. 70.
[75] Neste mesmo livro, em outro trecho, o autor esclarece o que seja um "estado intersexual": "O estado intersexual, sabemos, é conseqüência da bissexualidade primitiva das glândulas sexuais."
[76] RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia.*



autores são unânimes em afirmar que ele se encontra em toda parte e nos mais diferenciados segmentos sociais. Leonídio Ribeiro, por exemplo, afirma que a "pederastia ativa e passiva" é encontrada nas "ordens monásticas, na oficialidade superior dos exércitos de mar e terra, no magistério, funcionalismo, corpo diplomático, clero regular".[77] E acrescenta:

> Há um romance brasileiro em que se descreve a vida dos homens do mar com extraordinária vivacidade e perfeito conhecimento do ambiente. É o *Bom crioulo*, de Adolpho Caminha, aparecido no Rio de Janeiro, em edição da Livraria Moderna, no ano de 1895.[78]

Romance que, segundo vários críticos, é o primeiro, no Brasil, a tratar da questão da homossexualidade.

Estácio de Lima, por sua vez, num relato dramático, também confirma essa quase onipresença dos "invertidos":

> Hodiernamente, longe de escassearem os missexuais, crescem eles de número, multiplicam-se, dissimulam-se à medida que a sífilis progride, as taras nervosas aumentam, os erros fatais de educação continuam, o alcoolismo avança, a cocaína impera, o ópio domina, a miséria conquista o mundo...[79]

E, depois de reconhecer a presença talvez um pouco desconfortável destes "invertidos" no seu próprio ambiente — "Nas rodas intelectuais nossas, não vive o homossexualismo encontradiço. É raro, mas existe"[80] —, chama a atenção para a preocupação dos *higienistas* com a questão: "Quanto a militares, nas tropas aquarteladas ou nos navios de guerra, a questão vem, há muito, preocupando os higienistas".[81] Mas é Leonídio Ribeiro quem, acompanhando Pires de Almeida, ao explicar a vinda para o Brasil de prostitutas estrangeiras durante o século XIX, faz uma afirmação de grande efeito, referindo-se ao "aluvião de *uranistas* no Rio de Janeiro", por volta de 1846, o que, por seu caráter "assustador", teria conduzido à importação de "meretrizes européias", as famosas "polacas".[82]

[77] Ibidem.
[78] Ibidem.
[79] LIMA, Estácio de, *A inversão dos sexos*, p. 138.
[80] Ibidem, p. 159.
[81] Ibidem, pp. 172-173.
[82] RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia.* Esta informação certamente foi obtida pelo autor na leitura do livro de Pires de Almeida, *Homossexualismo —A libertinagem no Rio de Janeiro* (1906). Ver pp. 76-77.

Uma outra questão que ocupa bastante este conjunto de autores, apesar da ênfase marcante na análise dos casos de "homossexualismo masculino", é a discussão sobre a presença, entre as mulheres, deste tipo de comportamento, bem como sua freqüência e grau de evidência. Mais uma vez, é Estácio de Lima, este hábil argumentador, quem, recorrendo a uma conhecida e freqüente associação entre a "mulher" e a "dissimulação", esboça uma interessante conclusão:

> A mulher foi, sempre, a Esfinge indecifrável dos psicologistas. Dispondo, melhor do que nós, do poder, em verdade desconcertante de dissimulação, encobre, disfarça, esconde muito bem suas inclinações e pensamentos.[83]

Fica assim resolvida, de um ponto de vista visivelmente "masculino", a problemática questão da "homossexualidade feminina", tema que, embora menos discutido (talvez por falta de maiores detalhes de informação) por esses médicos, não deixava de excitar sua curiosidade e sua imaginação teórica.

É, por exemplo, através da discussão deste tema que se chega à discussão das escolas e do sistema de ensino como um todo.

> Se os internatos dos rapazes mostram, algumas vezes, degradantes casos de uniões sexuais contra a natureza, mais ainda propagadas são as deformações do amor nos colégios femininos. (...) Toda a vigilância, a maior austeridade, a disciplina mais rigorosa, tudo, afinal, é improfícuo, porque as meninas se namoram sempre... Não é coisa que chegue, sempre, aos atos físicos (...). São antes fantasias imaginativas (...). Aos quandos, beijam-se às escondidas também... E estremecem nesse instante...[84]

E o autor parte, em seguida, para a prudente defesa da escola mista:

> Parece que a escola única mista, em que os alunos de ambos os sexos se vejam, conduz a uma formação espiritual melhor.[85]

Em oposição ao modo como a discussão do homossexualismo masculino é conduzida, a análise do "homossexualismo feminino" por parte destes diferentes representantes da medicina legal dos anos 30 parece apontar não apenas para algo de difícil reconhecimento,

[83] LIMA, Estácio de. *A inversão dos sexos*, p. 98.
[84] Ibidem, p. 44.
[85] Ibidem, p. 48.



de mais difícil controle, mas, fundamentalmente, para algo que parece ser avaliado como menos "danoso" do ponto de vista social. Esta, aliás, é uma posição que, me parece, é reafirmada ainda hoje em diversas análises. Em muitos momentos, por exemplo, a "prostituição", esta sim, apareceria como o grande perigo, do ponto de vista social, para o sexo feminino.

Mas o grande pano de fundo de toda esta intricada discussão em torno do comportamento sexual masculino e feminino dito "anômalo" parece ser composto, pelo menos nas suas grandes linhas de força, por um conjunto de preocupações "eugênicas", apontando todas na direção da necessidade premente de uma atenção especial a ser dedicada à *criança* e à *estrutura familiar*, num momento de afirmação de um novo ordenamento social.

> Eugenia não se fará, somente, buscando atender às condições físicas do indivíduo, e cuidando do físico nos moldes clássicos da velha higiene mental. A fórmula concebida primitivamente — *mens sana, in corpore sano* — já faz hoje jus à mais completa ampliação.
>
> Ter-se-á que atentar, durante o evoluir da criança, nos períodos que constituem as várias etapas do desenvolvimento, na escola, no lar, nas casas de diversão, na rua, nos desportos, nas amizades, nos brinquedos, por toda a parte ter-se-á que atentar no meio social-familiar, paralelamente às questões outras de alimentação, funções digestivas, sistema nervoso, glândulas etc.[86]

Mas *ouçamos* Estácio de Lima quem, finalmente, nos diz em tom conclusivo:

> Ouçamos Afrânio Peixoto, o príncipe da inteligência e da cultura brasileira, nesta lição primorosa: "(...) *o amor é necessidade de instinto, precisamos mantê-lo: não cego, voluntário; não imposto, consentido; não quantidade, qualidade. Chamados só os escolhidos, para o amor completo que vai até a procriação: os outros, a maioria, terão o amor-prazer, sem conseqüência, a flor sem o fruto*".[87]

[86] Ibidem, p. 246.
[87] Ibidem, p. 250. As palavras de Afrânio Peixoto são retiradas de seu livro *Sexologia forense* (1934).